



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO – PROEG
COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL DE PROGRAMAS ESPECIAIS - CIPE
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA A DISTÂNCIA

SOLANGE BERNARDO MARINHO

**O ÍNDIO DIDÁTICO E "AUTÊNTICO": o desafio
do educador em relação à lei 11.645/2008**

CAMPINA GRANDE – PB
2011

SOLANGE BERNARDO MARINHO

O ÍNDIO DIDÁTICO E "AUTÊNTICO": o desafio do educador em relação à lei 11.645/2008

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Geografia, modalidade à distância da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de licenciado.

Orientadora: Prof.^a Ms. Celênia de Souto Macedo

CAMPINA GRANDE – PB
2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

M338i

Marinho, Solange Bernardo.

O índio didático e “autêntico”. [manuscrito]: o desafio do educador em relação à Lei 11.645/2008 / Solange Bernardo Marinho. – 2011.

38 f. il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em geografia) – Coordenadoria Institucional de Programas Especiais, 2011.

“Orientação: Ma. Celênia de Souto Macêdo”

1. Geografia humana. 2. Diversidade cultural. 3. Professores. I. Título.

21. ed. CDD 304.2

SOLANGE BERNARDO MARINHO

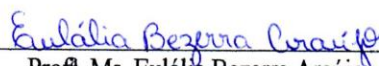
**O ÍNDIO DIDÁTICO E "AUTÊNTICO": o desafio do educador
em relação à lei 11.645/2008**

Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura em Geografia, modalidade à
distância da Universidade Estadual da Paraíba,
em cumprimento à exigência para obtenção do
grau de licenciado.

Aprovada em 21 / 12 / 2011.



Prof.^a Ms. Celênia de Souto Macedo
Orientadora



Prof.^a Ms. Eulália Bezerra Araújo
Examinador



Prof. Esp. Sebastião Valmir
Examinador

DEDICATÓRIA

A Deus, pelo dom da minha existência, por ter me dado força nos momentos em que os obstáculos surgidos a minha frente, pareciam intransponíveis. A minha família, amigos e em especial: meu irmão que sempre esteve ao meu lado quando mais precisei.

AGRADECIMENTOS

Aos meus filhos, razão maior das minhas conquistas.

A minha mãe pela confiança e seu incansável incentivo.

Ao meu marido pelo apoio.

As minhas tias pela colaboração.

Aos meus amigos pelo incentivo, compreensão e o incansável apoio.

À professora que compartilhou comigo suas experiências de educadora e que me mostrou com competência, amizade e carinho a direção correta que me proporcionou a escrever esse trabalho.

RESUMO

Essa pesquisa apresenta uma análise acerca do conhecimento dos professores e da contemplação de suas práticas a respeito da diversidade cultural enfatizando o conteúdo abordado pela Lei nº.11.645 de 10 de março de 2008, enfocando a obrigatoriedade tanto na rede pública quanto na rede privada, o estudo sobre as contribuições trazidas pelos grupos afro-brasileiros e os povos indígenas que serve até hoje, sendo relevante no que diz respeito as diferenças culturais. Portanto, o que buscamos problematizar até que ponto os professores integram a diversidade cultural nas práticas educacionais do ensino fundamental? E também saber se eles têm conhecimento da Lei nº. 11.645 e o que a mesma aborda. Ainda objetivamos uma análise acerca da geografia cultural e seus pressupostos como também uma visão mais crítica sobre os livros didáticos no sentido que aborda essa técnica de forma resumida através das ferramentas de grandes críticas deste assunto. A pesquisa da qual nos referimos teve a técnica de observações participante, e trata-se de um estudo exploratório descritivo pesquisa de cunho quanti-qualitativo em que os dados servirão como diagnóstico, para compreensão de como e tratada à temática indígena na escola, na concepção dos professores.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia Cultural. Lei nº. 11.645. Pluralidade Cultural. Ensino de Geografia.

A B S T R A C T

This research presents an analysis about the teachers' knowledge and contemplation of their practices regarding cultural diversity emphasizing the content covered by Law N°. 11.645 of 10 March 2008, focusing on the obligation both the public and in private, the study on the contributions made by groups african-Brazilians and indigenous peoples that serves to this day, being relevant in terms of cultural differences. Therefore, we seek to question the extent to which teachers integrate cultural diversity in the educational practices of elementary school? And also whether they have knowledge of the Law n°. 11,645 and what it covers. Although one aim of the review about cultural geography and their assumptions as well as a more critical view on the textbooks in the sense that this technique addresses briefly through the tools strongest criticisms of this matter. The research which we refer was the technique of participant observation, and this is an exploratory descriptive study of nature in which quantitative and qualitative data will serve as a diagnostic for understanding how and treated the indigenous issues at school, in the design of teachers.

KEYWORDS: Cultural Geography. Law n.º 11,645. Cultural Plurality. Teaching Geography.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 –	Distribuição dos entrevistados por faixa etária, nível de escolaridade e sexo.....	23
-------------------	--	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
2.1	A LEGISLAÇÃO NACIONAL E A TEMÁTICA INDÍGENA NA (LEI VERSUS LEI).....	11
2.2	O CONHECIMENTO DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA DO INTERIOR DA PARAÍBA SOBRE A LEI Nº. 11.645.....	12
2.3	O PROFESSOR E A DIVERSIDADE ÉTNICA INDÍGENA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.....	16
3	METODOLOGIA.....	20
3.1	TIPO DE PESQUISA.....	20
3.2	LOCAL DA PESQUISA.....	20
3.3	UNIVERSO E AMOSTRA.....	20
3.4	PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DOS DADOS.....	20
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	22
5	CONCLUSÃO.....	29
	REFERÊNCIAS.....	30
	APÊNDICE.....	32
	Apêndice A - Questionário.....	33
	ANEXOS.....	34
	Anexo A - Declaração de Aceite.....	35
	Anexo B - Termo de Autorização Institucional.....	36

1 INTRODUÇÃO

A escola tem função social de proporcionar ao educando uma visão crítica, permitindo assim o desenvolvimento de suas potencialidades através de conteúdos pertinentes voltados para a construção das diferenças sem torná-las desconstrutivas. Ainda é sua função a elaboração e desenvolvimento de metas articulando-as com as leis vigentes preparando-os para mudanças dessas leis ou criação de outros que atenda a diversidade existente no Brasil.

Entretanto, temos a necessidade de conhecer mais profundamente o universo cultural como uma das estruturas da educação escolar e a relevância que a mesma representa no contexto social, porém, a cultura na qual estamos inseridos, torna-se uma referencia na vida do cidadão durante toda a sua existência.

Neste sentido, esta pesquisa objetivou uma análise acerca do conhecimento dos professores e da contemplação de suas praticas a respeito da diversidade cultural enfatizando o conteúdo abordado pela Lei 11.645 de 10 de março de 2008, enfocando a obrigatoriedade tanto na rede pública quanto na rede privada, o estudo sobre as contribuições trazidas pelos grupos afro-brasileiros e os povos indígenas. Portanto, o que buscamos problematizar até que ponto os professores integram a diversidade cultural nas práticas educacionais do ensino fundamental? E também saber se eles têm conhecimento da Lei 11.645 e o que a mesma aborda.

Tivemos como propósito para desenvolvermos esta temática uma pesquisa quanti-qualitativa, por se tratar de uma pesquisa onde a mesma nos dar suporte para obtermos minuciosamente as informações que pretendemos e assim buscar possíveis soluções para nossos problemas, como também foi possível conseguir dados estatísticos que nos fundamentou para assim realizar a técnica do questionário.

Neste sentido, apresentamos o trabalho em três momentos que melhor distribuem conceitos e origem, conhecimentos e prática.

A pesquisa foi realizada em uma escola do interior da Paraíba, constatamos que seria relevante investigar a questão da diversidade cultural presente nas práticas educativas no universo desta escola e qual o conhecimento dos professores perante a Lei nº. 11.645.

No primeiro capítulo, dissertamos a respeito da legislação nacional e a temática indígena na escola (Lei versus Lei), fez um resgate do reconhecimento dos grupos étnicos e indígenas de acordo com a Lei e segundo os parâmetros curriculares nacionais. Porém ainda ressaltamos neste momento o conhecimento dos professores de uma escola do interior da

Paraíba sobre a Lei nº. 11.645, buscando apresentar a compreensão e o conhecimento deles de acordo com as suas visões.

Ainda objetivamos uma análise acerca da geografia cultural e seus pressupostos como também uma visão mais crítica sobre os livros didáticos no sentido que aborda essa técnica de forma resumida através das ferramentas de grandes críticas deste assunto.

No segundo capítulo apresentamos os aspectos metodológicos da pesquisa, que descreve de forma explícita os recursos utilizados no decorrer do trabalho.

No terceiro capítulo dissertamos a compreensão professores e como se posicionaram a respeito da temática abordada.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A LEGISLAÇÃO NACIONAL E A TEMÁTICA INDÍGENA NA ESCOLA (LEI VERSUS LEI)

Na tentativa de superar as injustiças sofridas, foi adotada pelo Estatuto do Índio (Lei nº. 6.001, de 19 de dezembro de 1973), que norteou as relações do estatuto Brasileiro com as populações indígenas até a promulgação da constituição de 1988.

De acordo com o Artigo 231:

São reconhecidos dos Índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e o direito originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo a União demarcá-las proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (BRASIL, 1973).

Ainda relata o mesmo artigo em seu § 1º as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhe usufruto das riquezas do solo, rios e dos lagos nela existente.

Mesmo os povos indígenas tendo direito à posse das terras próprias, recursos hídricos, incluindo os potenciais energéticos e a lavra das riquezas só poderá ser usufruída mediante a autorização do Congresso Nacional tendo isto dentro dos requisitos da Lei (Brasil, 1988).

Segundo a (LDB), a lei que fundamenta o sistema educacional brasileiro não é recente, porém em 1934, já previam e estudavam uma forma de materializar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), mas só a partir de 1961 que foi sancionada a primeira Lei de Diretrizes e Bases.

No tocante, em se tratando de organização dos níveis de formação de professores e funcionamento a LDB original foi quase totalmente renovada pela versão mais atual, de 1996. Dentre as outras leis, as que mais se destacam são: ampliação da autonomia de ação das redes públicas, das escolas e dos professores.

A atual Lei 9.394/96 estabelece explicitamente que faz parte da sua abordagem: participar da elaboração da proposta pedagógica, do planejamento e da avaliação, zelar pela aprendizagem, estabelecer estratégias de recuperação e colaborar na articulação com famílias e comunidade.

Dessa forma a LDB também contempla em seu artigo 24, que em se tratando de baixo rendimento escolar os estudos de recuperação devem ser obrigatórios e preferencialmente, paralelos ao período letivo. Essa mesma lei em seu artigo 32 estabelece que em se tratando

dos principais agentes da diminuição da distorção série/idade o que foi direcionado a diminuir o problema foi: a criação das classes de aceleração e a Educação de Jovens e Adultos

Nesse sentido, a LDB dispõe que deve ser assegurada a todos, a formação comum indispensável para o exercício da cidadania. Já em seu Artigo 9º o mesmo estabelece a formulação de um conjunto de diretrizes capazes de nortear os currículos garantindo qualidade à educação. Para contemplar essa exigência, o MEC sugeriu os PCN's como um referencial para uma reflexão sobre os currículos.

De acordo com PCN's:

Através do estudo da Geografia os alunos podem desenvolver hábitos e construir valores importantes para a vida em sociedade. Os conteúdos selecionados devem permitir pleno desenvolvimento do papel de cada um na construção de uma identidade com o lugar onde vive. [...] todavia o desenvolvimento da consciência de que o território nacional é construído por variadas culturas, que definem grupos sociais, povos e etnias distintas em suas percepções e relações com o espaço, e de atitudes de respeito as diferenças sócio-culturais que marcam a sociedade brasileira. (PCN's, 2001, 125).

Segundo os PCN's, é importante que a geografia não se limite a temáticas que contemple só o espaço ou questões relacionadas do meio ambiente, mas também trabalhe as contribuições trazidas pelos grupos indígenas e afro-brasileira que nos serve de alicerce até hoje na formação da nossa identidade.

Conforme o PCN de Pluralidade Cultural:

O que se coloca, portanto, é o desafio de a escola se constituir em espaço de resistência, isto é, de criação de outras formas de relação social e interpessoal mediante a interação entre o trabalho educativo escolar e as questões sociais posicionando-se crítica e responsabilmente perante elas. Assim cabe à escola buscar construir relações de confiança para que a criança possa perceber-se é viver, antes de mais nada, como ser em formação, e para que a manifestação de características culturais que partilhe com seu grupo de origem possa ser trabalhada como parte de suas circunstâncias de vida, que não seja impeditiva do desenvolvimento de suas potencialidades pessoais. (PCN's, 2001, 125).

Portanto, o papel da escola em defesa as diferenças é considerado de mais alta valia, pois é através das atitudes compartilhadas e trabalhadas na escola a respeito das diferenças, que novas mentalidades e opiniões a esse respeito serão construídas com confiança.

2.2 O CONHECIMENTO DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA DO INTERIOR DA PARAÍBA SOBRE A LEI Nº. 11.645

No sentido de analisar as questões levantadas pelo estudo do tema “o índio didático e autêntico”: o desafio do educador em relação à Lei nº. 11.645, optamos por uma abordagem qualitativa que:

Segundo Haguette (1995) explica que:

[...] os métodos quantitativos supõem uma população de objetos de observação comparável entre si e os métodos qualitativos enfatizam as pacificidades de um fenômeno em termos de suas origens e sua razão de ser. No entanto as situações nas quais a evidencia qualitativa é usada para captar dados psicológicos que são reprimidos ou não facilmente articulados como atitudes, motivos, pressupostos, quadro de referencia e outros. (HAGUETTE, 1995).

Tentando compreender a linha de pensamento da autora, podemos perceber que só é possível entendermos uma realidade quando estamos inseridos nela, esta é a forma mais viável que encontramos para formularmos nossa compreensão e daí construir possíveis soluções.

Conforme Freire (2001, p. 71):

Ensinar a aprender para o educador progressista coerente são momentos do processo maior de conhecer. Por isso mesmo, envolvem busca viva curiosidade, equívoco, acerto, erro, serenidade, rigorosidade, sofrimento tenacidade, mas também satisfação, prazer e alegria. (FREIRE, 2001, p. 41).

Analisando a compreensão dos professores entrevistados em relação ao questionário aplicado na observação, ficou visível que mesmo estes, não tendo muito conhecimento de falar sobre o que aborda a Lei nº. 11.645, eles demonstram muito interesse em trabalhar em sala de aula a história da cultura indígena e afro-brasileira, desfazendo a simbologia distorcida em relação a essas culturas criada pela sociedade e até mesmo por alguns professores desinformados, abrindo espaço para o preconceito e a discriminação representado em todos os aspectos da sociedade.

Podemos considerar esta pesquisa como uma pesquisa participante que conforme Brandão (1981), a observação participante ou observação ativa consiste na participação real do observador na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo, daí por que se pode definir observação participante como técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo.

Dessa forma podemos considerar a pesquisa, no meio acadêmico como um dos maiores suporte que viabiliza a progressão profissional em qualquer seguimento escolhido, pois é através dos dados colhidos por ela que o professor ou profissional vai começar a trilhar um novo caminho que direcione o êxito do sucesso de um amanhã de forma fundamentada.

Conforme Gil (1996, p. 19):

As pesquisas descritas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas tais como o questionário e a elaboração sistemática. (GIL, 1996, p. 19).

Na visão do autor, as pesquisas são ferramentas primordiais para se constatar o que queremos saber, portanto é pesquisando que o indivíduo aprimora sua prática no sentido de não está conformado ou limitado ao conhecimento adquirido no momento, pois todo profissional tem o dever de estar sempre inovando suas abordagens.

Com o intuito de avaliar o conhecimento dos professores a respeito da temática indígena e afro-brasileira na escola, nos reunimos em uma mesa redonda, onde foram abordadas pelos educadores algumas experiências vivenciadas por eles em relação ao preconceito e a discriminação que envolve estes temas, daí também foi questionada que expectativas eles tem sobre o que foi indagado, quanto a postura do professor e o que isto pode contribuir na formação dos futuros cidadãos.

Em relação à atividade que dava suporte a essa pesquisa que iria ser respondida por eles, demonstraram um grande interesse em realizar e quando sentiam dificuldades em resolver alguma questão os colegas davam sugestões para que pudesse ser esclarecida suas dúvidas.

Nesse contexto, Freire ressalta que aceitar e respeitar a diferença são uma dessas virtudes sem o que escuta não se pode dar. Se discriminarmos o pobre, o negro, o índio, o rico, a mulher, a camponesa, a operária, não podemos evidentemente escutá-las e se não as escutam, não podemos falar com eles (FREIRE, 2000).

Logo depois de concluída as discussões, e alcançado o objetivo pretendido com os professores, foi feito um breve comentário, sintetizando os benefícios que a Lei nº. 11.645 pode trazer, incentivando o professor a buscar mais suporte para trabalhar as diferenças culturais no meio escolar e na sociedade. Porém através desses conhecimentos eles ficará respaldado pelos meios legais e isto é de fundamental importância. Portanto foi através de seus relatos que podemos questionar, repensar e até mesmo confrontar a forma teórica que nos conduz a nossa prática, surpreendendo e direcionando o caminho a ser trabalhado.

Para Freire, não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino, tanto a pesquisa quanto o ensino caminham lado a lado, porém quem ensina continua buscando procurando, indagando para poder constatar e conhecer o que ainda não conhece (FREIRE, 2000).

Em síntese a pesquisa é algo que jamais pode ser descartado em qualquer instância, porque é através desta prática que constatamos o que queremos saber. Portanto, o professor que não se tornar um pesquisador terá seu saber ultrapassado tornando-se mero imitador de saberes roubado e jamais vai sentir o prazer e a sensação de grandes descobertas.

O Brasil é um país agraciado por múltiplas culturas, que intervêm desde a época da sua colonização. Nós brasileiros sentimos a necessidade de criarmos projetos que contemple

as diversidades culturais de maneira autênticas para que cause interesse tanto aos professores que não trabalham de forma contextualizada esta temática, quanto ao aluno que às vezes desconhece o verdadeiro valor do ser diferente e passa a desenvolver certo tipo de preconceito e discriminação sobre as diferentes culturas seja ela Afro-Brasileira ou indígena, porém se faz necessário ressaltar que aprendemos a valorizar o que conhecemos e o que desconhecemos só podemos criar estereótipo distorcido a respeito do que não sabemos.

Para que a diversidade cultural brasileira pudesse ter suas especificidades valorizadas, na Constituição de 1988, foi aberto um espaço para que fossem homologadas e sancionadas Leis que aproximasse da nação de igualdade quanto aos direitos à dignidade que fundamente a valorização da diversidade cultural.

De acordo com a subchefia da Presidência da República:

A Lei nº. 11.645 de 10 de março de 2008, altera a Lei 9.394/96, modificada pela lei 10.369/2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino obrigatoriedade da temática “História e cultura, Afro-Brasileira e indígena”. (BRASIL, 2008).

Convém ressaltar que no Artigo 26 – A, § 1º foi oficialmente decretado a inclusão de diversos aspectos no que diz respeito à história e cultura indígena e africana que servem como referência para a formação da população brasileira, tomando como base, o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil e as contribuições trazidas por eles que influenciaram na formação da sociedade nacional tanto nos aspectos social, econômico e político do Brasil (Brasil, 1988).

2.3 O PROFESSOR E DIVERSIDADE ÉTNICA INDÍGENA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Sabemos que é no meio escolar que o indivíduo tem a oportunidade de formular conceitos, confrontar idéias que precisamente vão enriquecer seus conhecimentos ao longo de sua vida. Embora nos dias de hoje, vários conhecimentos sejam rapidamente absorvidos pelas pessoas através das grandes tecnologias que para as últimas gerações se torna bem mais atrativas do que discussões surgidas em sala de aula.

Nesse sentido a escola passa a ser mais um veículo de informações porém jamais a única fonte de conhecimento uma vez que o meio externo se dinamiza de forma rápida e diversificada em todos os seguimentos.

Quanto à temática indígena ela passa a ser um dos principais desafios para o educador, uma vez que essas culturas muitas vezes é focada de forma equivocada e resumida muitas

vezes seu valor passa a ser despercebido por muitos profissionais que desconhece a relevância do tema abordado pelos PCN's que antes de ser transformada em lei já contemplava o assunto na área da Geografia, de acordo com o PCN de geografia.

Brasil enfatiza:

Cada cidadão, ao conhecer as características sociais, culturais e naturais do lugar onde vive, bem como os de outros lugares, pode comparar, explicar, compreender e espacializar as múltiplas relações que diferentes sociedades em épocas variadas estabeleceram e estabelecem com a natureza na construção de seu espaço geográfico. (Brasil, 2001, p. 123).

Segundo o pensamento do autor, podemos perceber a comparação do conhecimento que o indivíduo adquire interagindo com as pessoas que se relaciona com o meio que o mesmo está inserido, daí ele passa a fazer outras comparações das características existentes em outros meios que se assemelham com os elementos já presenciados por ele. Aí essa dinâmica de saberes resulta em um tipo de cultura.

De acordo com estudos publicados, a Geografia é uma área de estudo muito ampla, porém em se tratando de cultura podemos focar em um dos campos da geografia humana que melhor explica essa questão, a geografia cultural.

De acordo com Zamatta (2011) foi somente no final do século XIX que as relações sociedade, cultura e natureza tornaram-se objeto central de atenção de geógrafos europeus como Friedrich Ratzel (1844-1904), Paul Vidal de La Blache (1845-1918), Otto Shuler (1872-1952) entre outros.

O termo cultura foi introduzido pela primeira vez na geografia alemã, por meio do livro de Friedrich Ratzel, publicado em 1882, denominado Antropogeografia, obra em que analisou os fundamentos culturais da diversidade das repartições dos homens e das civilizações adotando encaminhamento ora etnográfico, ora político.

Zanatta (2011) que:

“a abordagem cultural na geografia que na França a tradição dos estudos culturais foi inaugurado por Paul Vidal de La Blache, e surgiu assim como na Alemanha, simultaneamente ao processo de sistematização da geografia como ciência acadêmica. Tendo como referência as relações estabelecidas entre os seres humanos, Vidal de La Blache elaborou o conceito do gênero de vida o qual exprimiria uma relação entre a população e recurso uma situação de equilíbrio, contribuída historicamente. Esse conceito pode ser definido como o conjunto de técnicas hábitos e costumes próprios de uma sociedade que possibilitam o aproveitamento dos recursos naturais disponíveis. Nesse sentido a discussão sobre a dimensão cultural da paisagem estendeu-se dos estados unidos no início do século XX e adquiriu expressividade a partir de 1925 ano em que Carl Ortwin Sauer (1889-1975) definiu a paisagem geográfica como resultado da ação da cultura, ao longo do tempo, sofre a paisagem natural. (ZANATTA, 2011, p. 04).

Ainda para enfatizar precisamente a geografia cultural, Correia apud Rosendahl (2005) acrescenta que:

“Esse tipo de abordagem na geografia foi denominada de geografia cultural com cunho acadêmico no Brasil, no artigo “Geografia Cultural no Brasil” (2005), os autores argumentam que só em 1934 com a criação do departamento de geografia e história na Universidade de São Paulo. Em 1936 aparece na cidade do Rio de Janeiro o segundo curso, na atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente há mais de 150 cursos de geografia, dos quais 25 oferecem cursos em nível de mestrado. Rapidamente o número de cursos oferecendo o nível de doutorado aumenta, ultrapassando meia dezena. Porém a despeito do elevado número de cursos de geografia, a grande maioria dedicados quase que exclusivamente a formação de professores do ensino secundário, e a despeito da heterogeneidade cultural do Brasil, a geografia cultural foi até o final da década de 1980, negligenciada, mesmo desconhecida pelos geógrafos brasileiros. Aspectos da cultura, no entanto eram tratados nos estudos regionais, mas não eram priorizadas nem se tinha a consciência de que a cultura em suas múltiplas manifestações poderia ser tema central de pesquisa”. (CORREIA apud, 2005, p. 97).

No sentido de caracterizar o estudo das culturas como algo cada vez mais existente e memorável Brasil (2001) conceitua antropologia como:

O estudo das alteridades, no qual se afirma o reconhecimento do valor inerente a cada cultura por se tratar daquilo que é exclusivamente humano, como criação, e próprio de certo grupo, em certo momento, em certo lugar. (BRASIL, 2001, p. 42).

Para Brasil (2001), no sentido antropológico do termo, todo e qualquer indivíduo nasce no contexto de uma cultura, porém não existe homem sem cultura mesmo que não saiba ler, escrever e fazer contas.

Em se tratando de tipos de culturas Rocha (1994) acrescenta que podemos tomar como referência, conceitos no que diz respeito ao Etnocentrismo e o Relativismo que estão inseridos no mundo contemplado pelas práticas culturais que justifica a diversidade como um todo.

Para melhor compreender o Etnocentrismo Rocha (1994) enfatiza que:

Além da fome, da miséria das doenças, da desigualdade, um dos graves problemas que o mundo contemporâneo enfrenta é a intolerância entre os povos. A dificuldade de encarar a diversidade humana conduz a negação dos valores culturais alheios à supervalorização do “grupo do eu”, visão e atitude que chamamos de etnocentrismo. (ROCHA, 1994, p. 74).

Para o Rocha (1994) o etnocentrismo resume em poucas palavras que a convivência é algo conflitante desde outrora, porém o que o etnocentrismo tenta conservar é o desejo de que nossos valores sejam preservados e respeitados independentes das diferenças.

Não podemos negar que as demonstrações ressaltadas pelas múltiplas culturas, não sofre qualquer tipo de discriminação ou preconceito, até porque desde os primórdios que esta prática já existia é perceptível nos dias de hoje, em nossa sociedade vários tipos de preconceitos são demonstrados e praticados em qualquer área, pela falta de respeito e conhecimentos as pessoas cometem essa violência, que conforme Felix (1999):

O preconceito e a discriminação existem, mas são sempre atributos “do outro” seja naquele que preconceitua ou naquele que é preconceituado, joga-se para o outro a culpa ou a má ação, como se “feito” fosse admitir a discriminação e não o ato de discriminar. (FÉLIX apud REIS, 1996, p. 155).

Concordamos com o autor no sentido de que no fundo todos nós desenvolvemos um tipo de preconceito com o outro, o difícil é admitirmos, que somos preconceituosos, talvez por uma questão de ética ou de status.

No cenário das práticas culturais, o relativismo também nos deixa um grande aprendizado, pois é tentando compreender os vários tipos de cultura que percebemos que cada uma possui característica geral vinda de outras culturas de acordo com Hoebel e Frost (1999), cada costume é válido em termos de seu próprio ambiente cultural. Em suma, o relativismo é a forma em que o jeito de demonstrar uma atitude cultural tem suas peculiaridades, ou seja, cada cultura tem características próprias, são essas diferenças que o consideramos como formas relativistas.

Mesmo sendo tema de grandes discussões, a diversidade étnica indígena ainda precisa ser contemplada de uma forma mais consistente nas escolas. Já que esta temática serve como objetivo de estudo para grandes pesquisas.

Conforme Grupioni (1992) os livros didáticos continuam se mostrando deficientes, empobrecedores generalizantes, muitas vezes desatualizados e marcados por erros conceituais, estereótipos e preconceitos.

Sobre essa ótica o autor ainda ressalta que os manuais didáticos usados na escola ajudam a formar uma visão equivocada e distorcida sobre os grupos indígenas brasileiros e direciona algumas de suas críticas aos livros didáticos que os conhecimentos trazidos por eles sobre as sociedades indígenas brasileiras não perpassa os muros da escola que tem sido mal trabalhada na sala de aula e os professores revelam-se mal informados sobre o assunto.

Dessa forma podemos dizer em sua fala o autor coloca-se de forma pertinente aos comentários, assim confirmado não só por ele, mas por qualquer que seja pessoa que se disponha a pesquisa sobre essa temática.

Refletindo ainda sobre a verdadeira intenção que o livro didático é direcionado a escola Lima (1985, p. 415) acrescenta que:

Na visão de Estado os livros didáticos são muito do linguajar de classe de aula das faculdades inclusive a qual tende a considerá-lo enquanto entidade quase material, sem conflitos, confundindo-se com uma dimensão burocratizada, e com seu exercício de governo, e não enquanto relação social. O Estado perante a igreja o partido dos trabalhadores etc., passa ser uma espécie de sujeito único bom ou mau seja ele considerado o Estado é o tutor legal dos índios e nada mais se questiona. (LIMA, 1985, p. 415).

Nesse sentido, o autor acrescenta que muitas vezes os índios são enganados por discursos intelectuais bem elaborados pelos governos que os confundem a história das

propostas de ação estatal na esfera indigenista está limitada em parte à dimensão imaginária e muitas vezes representada como um debate por pessoas que tem o dom de impressionar.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

Em uma pesquisa, temos que considerar como elementos fundamentais os objetivos almejados, que nos direciona até onde queremos chegar.

A pesquisa da qual nos referimos teve a técnica de observações participante, e trata-se de um estudo exploratório descritivo pesquisa de cunho quanti-qualitativo em que os dados servirão como diagnóstico, para compreensão de como e tratada à temática indígena na escola, na concepção dos professores.

Conforme Minayo (1996) a pesquisa qualitativa se preocupa, nas ciências sociais, nesse recorte em se tratando de Geografia com um nível de realidade que não é quantitativo, pois é trabalhando uma gama mista de significações motivos e aspirações crenças, valores e atitudes. Foi utilizada também a técnica de observação participante para acompanhamento dos planejamentos e observações de algumas aulas.

3.2 CENÁRIO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada numa escola pública, de ensino fundamental, localizada na zona rural de uma cidade do interior da Paraíba.

3.3 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo amostral escolhido para a realização desta pesquisa foi uma escola da zona rural no inteiro da Paraíba, onde a pesquisadora atua como educadora. Para coleta de dados foram selecionados 03 (três) professoras de ensino fundamental I as quais todas fazem parte do corpo docente dessa escola, sendo que duas delas pertence ao quadro efetivo da escola e a outra é contratada.

3.4 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Para a realização dessa pesquisa foi distribuído o instrumento da pesquisa o questionário contendo 09 (nove) perguntas que proporcionou as professoras se posicionarem de acordo com sua visão diante do tema em discussão. Esse estudo ocorreu de forma

processual ao longo dos meses de junho e julho de 2011. Estas professoras foram selecionadas por estarem diretamente inseridas no contexto de estudo de sua prática docente, sem nenhum, critério determinado para que fossem escolhidas.

Conforme Freire (2000) pensar certo em termos críticos é uma exigência que os momentos do ciclo gnosiológico vão dando a curiosidade, que tornando-se mais e mais metodicamente rigorosa, transita da ingenuidade para o que venho chamando de “curiosidade epistemológica”.

Portanto a curiosidade humana vem sendo histórica e socialmente construída e reconstruída e esse processo diz Freire (2000) que não se dá automaticamente, porém isto é uma das tarefas da prática educativa.

No entanto, a obtenção de informações é um processo que deve ser realizado através de um roteiro buscando sua objetividade, a coleta de dados sem nenhuma alteração da realidade em investigação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tomando como referencia Brandão (1981) apresentamos a seguir a tabulação dos dados qualitativos “para assim explicá-los, tais eram os objetivos a atingir as metas de uma atividade autêntica científica”.

Tabela 1 - Distribuição dos entrevistados por faixa etária, nível de escolaridade e sexo.

Faixa Etária	Nº. de Pessoas	%	Sexo	%	Nível de Escolaridade	%
25 a 30 anos	1	50	Fem	50	Superior	50
31 a 55	2	50	Fem	25	Magistério	25
Total	3	100		100		100

Fonte: Escola Municipal (2011).

Perante essa tabulação de dados vamos analisar os dados de natureza quantitativa da pesquisa a partir da descrição das características dos sujeitos pesquisados.

Com base em Minayo (1992, p. 195), concebemos o campo de pesquisa como recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser trabalhada a partir das questões que fundamentam o objeto de investigação.

Desse modo, diz Minayo (1992, p. 195) que o pesquisador precisa conhecer prever e descrever os dados da sua pesquisa, fazendo uma análise de forma fundamentada que isto resulte em superação.

Diante do referencial citado por Minayo (1992, p. 195) partimos para as etapas da nossa pesquisa. No primeiro momento da pesquisa, tomamos o cuidado de fazer um rápido comentário com as professoras sobre a temática Indígena e afro-brasileira, no contexto escolar e principalmente como ela é vista e trabalhada em nosso cotidiano.

No segundo momento foi elaborado o questionário (Apêndice) e sua aplicação, na busca de analisar as questões levantadas pela relevância do tema: O Índio Didático e “Autentico”: O desafio do educador em relação à Lei nº. 11.645, através de uma análise de natureza quantitativa.

Os dados analisados foram obtidos através de uma entrevista semi-estruturada com (três) professoras de uma Escola da zona rural do interior da Paraíba.

A coleta de dados foi realizada entre os meses de junho e de julho de 2011, cujo objetivo foi observar se os professores desta escola em suas práticas abordavam a diversidade cultural de forma contextualizada intervindo as mudanças sócio-culturais dos primórdios até os dias atuais.

Em primeiro instante, tomamos o cuidado de fazer um rápido comentário em torno das perguntas dirigidas as professoras.

Por uma questão ética evitamos citar os nomes das professoras participantes para a realização desse trabalho, inclusive o universo pesquisado.

As questões apresentadas abaixo serão analisadas de acordo com a compreensão dos professores em relação à temática abordada.

Questão 01 – Você fez plano de ensino para o ano letivo de 2011?

Professor A respondeu sim (E – A).

Professor B respondeu sim (E – B).

Professor C respondeu sim. Estas foram à maioria das respostas de todas as professoras (E – C).

Conforme PCN's (2011, p. 69):

O professor nesse processo é, portanto crucial, pois a ele cabe apresentar os conteúdos e atividades de forma que o aluno compreenda sua importância, para tanto, é preciso considerar que nem todas as pessoas têm o mesmo interesse nem a mesma forma de aprender, porém muitas vezes exige uma atenção especial do professor ou do outro para favorecer sua aprendizagem. (PCN's 2001, p. 69).

Estando de pleno acordo com a idéia do autor, podemos enfatizar que é através da reflexão feita a cada dia, que o professor terá condição de desenvolver estratégias para melhorar sua prática, e se possível reformular sua metodologia para atender as necessidades do aluno e das temáticas necessárias a uma formação cidadã.

Questão 02 – Caso tenha feito, contempla temática a diversidade cultural em sala de aula?

Professor A respondeu sim (E – A).

Professor B respondeu sim (E – B).

Professor C respondeu sim. Nesta questão a resposta delas foi unânime que as mesmas contemplam a diversidade cultural (E – C).

Para compreendermos melhor a relevância da diversidade cultural de acordo com Brasil (2001) é enfatizado que para trabalhar etnia indígena e afro-brasileira é de suma importância que haja um intercâmbio com outras crianças, tanto da mesma classe ou escola como outras cidades ou estados privilegiando a transversalização com os conteúdos de Língua Portuguesa, História e Geografia, sendo assim a contextualização dos contatos estabelecidos e

aquisição do conhecimento adquirido das relações estabelecidas com o tempo, pelos seres humanos de diferentes origens culturais, auxiliam o aluno a ressignificar essa dimensão.

Em suma, o Parâmetro Pluralidade Cultural explicita que é interagindo com outras pessoas que seus conhecimentos são ampliados, isto faz a diferença tanto para o aluno como para o professor.

Questão 03 – Você conhece a Lei nº. 11645?

Professor A respondeu “não tenho conhecimento sobre esta Lei” (E – A).

Professor B respondeu não (E – B).

professor C respondeu não. Todas responderam que não conheciam (E – C).

Todavia Freire (2001, p. 31) diz que:

Ao ser produzido, o conhecimento novo supera outro que antes foi novo se fez velho e se “dispõe” a ser ultrapassado por outro amanhã. Daí que seja tão fundamental conhecer o conhecimento existente quanto saber que estamos abertos e aptos á produção do conhecimento ainda existente. (FREIRE, 2001, p. 31).

Para o autor, o ser humano sempre vai ser considerado um ser inacabado,, por isso conhecer algo novo é preciso.

Questão 04 – Caso conheça, ela aborda o que?

Professor A respondeu “como não tenho conhecimento no momento não sei o que abordar” (E – A).

Professor B não opinou (E – B).

professor C também não opinou. Todas responderam que não sabia o a mesma abordava (E – C).

Questão 05 – Em sua opinião, é importante trabalhar a diversidade cultural em sala de aula?

Professor A respondeu sim (E – A).

Professor B respondeu sim (E – B).

Professor C respondeu sim (E – C).

Elas responderam que consideram a temática relevante e necessária de ser trabalhada.

De acordo com PCN's:

A contribuição da escola na construção da democracia é a de promover os princípios éticos de liberdade, dignidade, respeito mútuo, justiça e equidade, solidariedade, diálogo no cotidiano: é a de encontrar formas de cumprir o princípio constitucional de igualdade, o que exige sensibilidade para a questão da diversidade cultural e ações dedicadas em relação aos problemas gerados pela injustiça social. (PCN's, 2001, p. 36).

Segundo a linha de pensamento do autor, podemos ressaltar sua idéia, de que a função da escola é contribuir no processo de cidadania do individuo construindo uma nova mentalidade em relação às diferenças e daí partir para uma dimensão maior seus conhecimentos.

Para Freire (2000, p. 58):

Já não se possível existir a não ser disponível á tensão radical e profunda entre o bem o e mal, entre dignidade e a maldade, entre a decência e o despudor, entre a boniteza e a feiúra do mundo. Quer dizer, já não foi possível existir sem assumir o direito e o dever de optar, de decidir de lutar de fazer política. E tudo isso nos traz de novo á imperiosidade da prática formadora, de natureza eminentemente ética. E tudo isso nos traz de novo á radicalidade da esperança. (FREIRE, 2000, p. 58).

Segundo o autor, a todos a vida proporciona opção, cabe ao individuo assumir suas responsabilidades, e lutar por uma qualidade melhor de vida ou educação tudo isso faz parte da ética profissional.

Questão 06 – Quais são os materiais que você trabalha a diversidade cultural em sala de aula?

Professor A respondeu “há alguns livros didáticos, pesquisas também nos parâmetros curriculares, para poder ter uma noção melhor do que devo levar para sala de aula” (E – A).

Professor B respondeu “alguns livros didáticos, textos e reportagens sobre o assunto” (E – B).

professor C respondeu “textos, PCN's, livros, revistas” (E – C).

As respostas das professoras foram bastantes claras e enfatizaram em suas fala a pesquisa em outras fontes para enriquecer seus conhecimentos a respeito da temática.

Segundo Perrenoud (2000, p. 149):

O respeito às diferenças de todos gêneros, ainda aqui, uma abordagem didática se imporia: não basta ser individualmente contra os preconceitos e as discriminações [...] Isso é apenas uma condição necessária para que os propósitos do professor seja confiáveis. Resta conseguir a adesão dos alunos e nesse caso, as palavras certas nem sempre fazem milagres, simplesmente por que os preconceitos e as discriminações atravessam os meios sociais e as famílias. (FREIRE, 2000, p. 149).

Na visão do autor é fundamental que o professor tenha um embasamento teórico em qualquer área abordada, mas não só basta a teoria para suprir efeitos em seu trabalho, o prazer por construir projetos que minimize as mazelas sócias pode ter uma boa aceitação tanto por parte da comunidade escolar, como da comunidade em geral e logo os frutos dessa prática começam a surgir.

Questão 07 – Faça uma descrição da sua compreensão sobre o que é ser índio no Brasil nos dias de hoje.

Professor A respondeu “hoje o índio tem mais conhecimento dos direitos do que antes” (E – A).

Professor B respondeu “ser índio nos dias de hoje, não quer dizer que seja fácil porque muitos ainda sofrem algum tipo de preconceito, sem falar em seus direitos que muitas vezes são tomados pelo homem branco” (E – A).

Professor C respondeu “ainda hoje, muitos grupos indígenas brasileiros mantêm seus costumes, suas tradições e sua forma de vida, embora tenham adquirido novos hábitos” (E – C).

A maioria respondeu que o indígena não se limita hoje só aos conhecimentos adquiridos em suas aldeias e sim saem delas em busca de outros conhecimentos.

Para Munduruku (2000), o índio e a terra são marcas registradas do Brasil. Sem os índios o Brasil fica mais pobre, a humanidade fica mais pobre, o planeta fica mais pobre. Acabam-se os referenciais da ancestralidade.

Para o autor, em nossa formação os povos indígenas têm um papel relevante, por que seus costumes e suas tradições servem como contribuição para elaborarmos nossos valores que serve de referencia em nossa vida enquanto existirmos.

Questão 08 – Em sua percepção existe índio brasileiro.

Professor A respondeu sim (E – A).

Professor B respondeu sim (E – B).

Professor C respondeu sim (E – C).

Todas as professoras responderam que sim e ao argumentaram nada além da justificativa.

Segundo Munduruku (2000) a visão que ele tem em relação aos povos nativos do Brasil é que: eles não querem a terra para si como forma de posse, querem a terra para manter sua sobrevivência material e espiritual que os mantém vivos, pois para ele um povo mantém sua cultura viva quando lhe é dado o direito de acreditar, de ter esperança e sonhar. Portanto ele afirma que existem no Brasil cerca de 215 povos indígenas conhecidos, e aproximadamente 54 grupos que ainda não foram contatados pelos não - índios entretanto, esse 215 povos somam uma população de 315 mil pessoas presente em todos os estados brasileiros, exceto os estados do Piauí, e Rio Grande do Norte.

Se pararmos para refletir sobre esses povos, podemos perceber que a maioria das pessoas tem uma visão distorcida do indígena, porque passaram parte do tempo concordando e escutando alguém falar deles só por meio de estereótipo criado de forma errônea que não é compatível com a realidade dos mesmos.

A violência em suas aldeias e a retirada do direito de cultivar e produzir seus alimentos de forma digna bem como desenvolver suas crenças, vem facilitando a valorização desses grupos justamente por suas diferenças, por isso se busca uma igualdade para prejudicar o outro.

Questão 09 – Como você descreve a condição indígena a partir dos livros de Historia e Geografia que você está utilizando no âmbito da sua sala de aula?

Professor A respondeu “se eu fosse dar aula só através do livro didático a temática indígena ficaria bastante resumida, às vezes para ampliar esse conceito pesquiso outras fontes e muitos aborda esse assunto de forma bem resumida” (E – A).

Professor B respondeu “quanto aos livros utilizados por mim em sala de aula tanto de geografia como de história fala de maneira bem resumida sobre este assunto. Muitas vezes temos que fazer pesquisas em outras fontes para poder melhor trabalhar a diversidade cultural” (E –B).

Professor C respondeu “de acordo com os livros de história e geografia grande parte dos índios tem contato com a sociedade brasileira. Alguns passaram a viver nas cidades, usam roupas, falam português, participam da economia comprando

alimentos e objetos industrializados e vendendo alguma produção agrícola e extrativa ou artesanato próprio” (E – C).

A maioria respondeu que muitos livros deixam muito a desejar por abordarem de forma restrita a temática.

De acordo com Grupioni (1996, p. 422):

Nas escolas, a questão das sociedades indígenas, freqüentemente ignorada nos programas curriculares, tem sido sistematicamente mal trabalhada. Dentro da sala de aula o professor revelam-se mal informado sobre o assunto, e os livros didáticos com poucas exceções, são deficientes no tratamento da diversidade étnica e cultural existente no Brasil [...] (GRUPIONI, 1996, p. 422).

Enfatizando o que foi citado pelo autor, a diversidade cultural ainda continua sendo pouco abordada nas escolas, isto se deve ao fato de termos ainda uma sociedade um tanto acomodada, omissa a esta questão.

Portanto foi possível encontrar nas falas a presença da construção do outro, nesse recorte dos grupos étnicos indígenas, em que os entrevistados acionam os seus contextos sociais como referências, ou seja, uma visão do que eles foram construindo ao longo do de suas formações em Pedagogia e Magistério.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa nos trouxe uma gama de conhecimentos que nos deu suporte para compreender os diversos tipos de culturas, podendo ser mais analisada e contextualizada pelos educadores na escola permitindo assim que os educandos se tornem sujeitos de seu próprio conhecimento e assim possa interagir com os colegas e o meio que está inserido de forma igualitária, porém respeitando as diferenças.

Em nosso estudo foi constatado o desconhecimento da Lei nº. 11.645 por parte dos professores ainda conforme o decurso dos entrevistados existe a dificuldade de compreender o que é ser “índio”, pois os livros didáticos apresentam grupos de forma homogênea como se apresentasse de arco flecha morando em oca e desconhecendo todas as tecnologias.

Como trabalhar a diversidade explicitada nos Parâmetros Curriculares Nacionais se os subsídios disponibilizados para os municípios distantes dos grandes centros não são acompanhados de suportes teóricos que possibilite o educador cumprir o seu papel social, se os conteúdos colaborarem para a cristalização do outro, não permitindo que a nossa Lei Maior seja cumprida pois, as diferenças sempre são construídas de forma a inferiorizar as culturas indígenas.

Nas séries iniciais do ensino fundamental em estudos sociais que englobam História e Geografia permite apresentar as diferenças. Mas como o educador pode apresentar algo que ele desconhece? Sempre a culpa pelas dificuldades educacionais são atribuídas aos professores das séries iniciais, mas quem forma os professores das séries iniciais?

Essa pesquisa apresentou também a necessidade de um aprofundamento em relação as leis vigentes voltadas para construção de um ensino em que os sujeitos sejam participantes e reconhecedores dos seus deveres e dentre eles o respeito ao outro.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. 1. ed. Brasília: Brasiliense, 1985.
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura/Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Pluralidade Cultural e Orientação Sexual**. 3. ed. Brasília, 2001.
- _____. Ministério da Educação e Cultura/Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia**. 3. ed. Brasília, 2001.
- _____. Ministério da Educação e Cultura/Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução**. 3. ed. Brasília, 2001.
- _____. Lei nº. 9.349 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília – DF, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2011.
- FELIX, João Batista de Jesus. Questão racial no Brasil. In.: REIS, Leticia Lindor de Sousa; SCHWARCZ, Lília Montz. **Negras imagens**. São Paulo. Editora da Universidade São Paulo, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessário à prática educativa**. 16. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios, coleção questões da nossa época**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo, Atlas, 1996.
- GUIMARÃES, Flávio Romero. **Como fazer? Diretrizes para a elaboração de trabalhos monográficos**. 4. ed. São Paulo: Cledjur, 2010.
- HAGUETE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- HOEBEL, E. A; FROST, E. L. Antropologia cultural e social. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. In: GRUPIONI, Luiz Donisete Benzi. **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. 20. ed. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.
- MINAYO, Maria Cecília de S. Fase de trabalho de campo. In: **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa e saúde**. São Paulo. Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1992.
- MIRANDA, Sandra Julien. In: MARTINI, Carolina Julien. Código do Processo Civil. Constituição Federal. 1. ed. Brasília: Rideel, 2001.

MUNDURUKU, Daniel. **O banquete dos deuses**. 1. ed. São Paulo: Angra, 2000.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas sul, 2000.

SILVA, Aracy Lopes. In: GRUPIONI, Luiz Donisete Benzi. **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. 20. ed. MEC/MARI/UNESCO, 1995.

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário

1 – Você fez plano de ensino para o ano letivo de 2011?

() sim

() não

2 – Caso tenha feito, contempla a temática a diversidade cultural brasileira?

3 – Você conhece a Lei nº. 11.645?

4 – Caso conheça, ela aborda o que?

5 – Em sua opinião é importante trabalhar a diversidade cultural em sala de aula?

6 – Quais os materiais que você trabalha a diversidade cultural em sala de aula?

7 – Faça uma descrição de sua compreensão sobre o que é ser índio no Brasil nos dias atuais.

8 – Em sua percepção existe índio brasileiro?

9 – Como você descreveria a condição indígena a parti dos livros de História e Geografia que você está utilizando no âmbito da sua sala de aula?

ANEXOS

Anexo A – Declaração de Aceite

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – SEAD
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA
DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

DECLARAÇÃO DE ACEITE

Declaro para os devidos fins, que de acordo com a RESOLUÇÃO/UEPB/CONSEPE/032/2009 – Art. 9º, aceito orientar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do (a) aluno (a) _____, regularmente matriculado (a), sob o nº. _____, no 8º Semestre/2010 do Curso de Licenciatura em Geografia na modalidade a Distância (Prolicenciatura), lotado (a) no Pólo de Apoio Presencial de _____ que irá realizar seu Trabalho de Conclusão de Curso na área de _____.

Declaro ainda que, caso desista da orientação, irei apresentar à Coordenação do Curso documento escrito contendo minha justificativa pra tal, atendendo ao disposto no Art. 10 da RESOLUÇÃO/UEPB/CONSEPE/032/2009.

Campina Grande, _____ de _____ de 20____.

Nome e assinatura do Prof. (a) Orientador (a)

Anexo B - Termo de Autorização Institucional

Declaro para os devidos fins que permito na condição de Gestora da Escola _____ que sejam feitas perguntas aos educadores que aqui lecionam, de acordo com a visão deles em relação à temática abordada. Estando ciente que o (a) aluno (a) _____ está cumprindo os requisitos do componente Curricular – Instrumentação para o Ensino de Geografia IV do Curso de geografia a Distância da universidade estadual da Paraíba (UEPB).

_____, ____ de _____ de 2011.

Nome da Gestora: _____

Assinatura da Gestora: _____